GRUPO SILVIO SANTOS

liderança capitalização s/a

CNPJ nº 60.853.264/0001-10
Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo

TELE SENA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras da Liderança Capitalização S.A. ("Empresa") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do relatório dos Auditores e dos Atuários Independentes. A Empresa encerrou o exercício de 2015 com ativos totais no montante de R$ 925.520 mil (R$ 877.019 mil em 31 de dezembro de 2014), receita bruta de R$ 408.113 mil (R$ 359.324 mil em 31 de dezembro de 2014) e lucro líquido de R$ 39.624 mil (R$ 215.908 mil em 31 de dezembro de 2014).

Operações de Capitalização

Estabelecendo novas parcerias comerciais para a distribuição do produto, a Empresa vem dinamizando e criando novas formas de abordagem ao consumidor, propiciando aos titulares, maiores atrativos, fazendo com que o produto seja cada vez mais aceito em todos os níveis sociais, face ao linguajar adotado e pela simplicidade do investimento, o qual não apresenta ao seu titular qualquer risco quanto à sua liquidez.

Investimentos

A Empresa adota uma política de investimentos conservadora, privilegiando a liquidez e a qualidade dos ativos. Utiliza modelos estatísticos para avaliação de risco que visam monitorar e identificar possíveis desvios da política e eventual ruptura dos principais indicadores financeiros que possam comprometer a gestão dos ativos. Tal conservadorismo permite que os valores comprometidos das reservas tenham recursos suficientes para honrar os compromissos em qualquer tempo, com margem de segurança. Os direitos dos clientes, representados pelas provisões técnicas, no valor R$ 551.605 mil (R$ 495.100 mil em 31 de dezembro de 2014), estão garantidos com imóveis próprios, no montante de R$ 6.000 mil e por aplicações financeiras totais de R$ 591.540 mil (R$ 525.520 mil em 31 de dezembro de 2014) das quais R$ 586.621 mil (R$ 509.260 mil em 31 de dezembro de 2014) foram oferecidas em cobertura das provisões técnicas com um excedente de cobertura de R$ 35.016 mil (R$ 14.160 mil em 31 de dezembro de 2014) e apresentam um montante de R$ 10.919 mil (R$ 16.260 mil em 31 de dezembro de 2014) em reservas livres.

Distribuição de Lucros e Dividendos

De acordo com o estatuto social, é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo de 5% do lucro líquido apurado, após a dedução do prejuízo acumulado, se houver. O saldo dos lucros ficará à disposição da Assembleia Geral, para posterior destinação, respeitadas as normas legais aplicáveis. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram disponibilizados, aos acionistas, o montante de R$ 26.751 mil de dividendos, dos quais R$ 2.277 mil foram pagos antecipadamente, conforme estabelecido no estatuto social, R$ 23.200 mil foram utilizados pelo acionista Silvio Santos Participações S.A. para amortização parcial de sua dívida, conforme descrito na Nota Explicativa nº 22-e e R$ 1.274 mil a serem pagos durante o exercício de 2016. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram disponibilizados, aos acionistas, o montante bruto de R$ 8.000 mil de juros sobre o capital próprio os quais, após dedução de R$ 1.200 mil de imposto de renda retido na fonte, o montante líquido de R$ 6.800 mil foram utilizados pelo acionista Silvio Santos Participações S.A. para amortização parcial de sua dívida, conforme descrito na Nota Explicativa nº 22-e.

Perspectivas e Planos da Administração

A Empresa acredita que não há gestão eficaz sem o compromisso com a ética em seus relacionamentos. A visão de gestão de riscos e de gestão de ativos e passivos como funções de controle pode revelar cada vez mais a capacidade da Empresa adicionar valor ao seu negócio, através do desenvolvimento de um processo cuidadoso e amplo de planejamento estratégico e tático associado ao seu processo de decisão. Seguindo o modelo estratégico de sucesso iniciado em 2015 conseguimos evoluir em nível de redes sociais, investindo de forma planejada. Além das plataformas focadas no público jovem, bem como *Facebook*, *Instagram*, *Youtube*, reativamos o nosso canal *Twitter* e passamos a interagir em tempo real com os nossos potenciais consumidores, por meio da ferramenta *Periscope*, que transmite ao vivo qualquer conteúdo, geralmente focado nos artistas das campanhas. Além de disponibilizar esses canais de interação e engajamento com o público jovem, temos o cuidado de manter uma relação fiel e construtiva com o nosso público de maior idade. Estamos repaginando o nosso *site* para que fique mais inteligível a este público e, em nossas campanhas, enfatizamos sempre a característica do nosso produto, que é levar entretenimento e prêmios a todos os públicos, desde os mais jovens aos mais experientes.

Outras Informações

Em conformidade com o disposto na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e suas alterações, a Empresa, declara que não houve nenhum acordo de acionistas, havendo alteração da composição acionária, sem mudança do controle acionário direto ou indireto.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso da Empresa, com destaque para nossos clientes, distribuidores, fornecedores, prestadores de serviços, funcionários e demais empresas do Grupo Silvio Santos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2016

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014
Circulante		**646.435**	**588.095**
Disponível		**98**	**252**
Caixa e bancos	4	98	252
Aplicações	5	**591.540**	**525.520**
Créditos das operações de capitalização		**37.435**	**40.699**
Créditos das operações de capitalização	6	37.435	40.699
Títulos e créditos a receber		**13.066**	**18.921**
Títulos e créditos a receber	7	9.987	6.653
Créditos tributários e previdenciários	8	2.741	11.899
Outros créditos	9	338	369
Despesas antecipadas	10	**4.296**	**2.703**
Ativo não circulante		**279.085**	**288.924**
Realizável a longo prazo		**199.067**	**209.958**
Títulos e créditos a receber		**116.921**	**113.534**
Créditos tributários e previdenciários	8	85.346	88.409
Depósitos judiciais e fiscais	18	31.173	24.723
Outros créditos operacionais	11	402	402
Outros valores e bens	12	**82.146**	**96.424**
Investimentos	13	**71.744**	**71.598**
Participações societárias		3.180	3.034
Imóveis destinados à renda		68.557	68.557
Outros investimentos		7	7
Imobilizado	14	**7.640**	**7.304**
Imóveis de uso próprio		5.798	5.681
Bens móveis		1.051	753
Outras imobilizações		791	870
Intangível	14	**634**	**64**
Outros intangíveis		634	64
		925.520	**877.019**

Passivo	Nota	2015	2014
Circulante		**575.422**	**535.753**
Contas a pagar		**18.359**	**35.222**
Obrigações a pagar	15	12.510	29.744
Impostos e encargos sociais a recolher		3.164	1.642
Encargos trabalhistas		2.241	1.798
Impostos e contribuições		196	1.508
Outras contas a pagar		248	530
Débitos de operações com capitalização	16	**5.455**	**5.428**
Débitos operacionais		5.455	5.428
Depósitos de terceiros		**3**	**3**
Provisões técnicas - Capitalização	17	**551.605**	**495.100**
Provisão para resgates		501.982	450.296
Provisão para sorteio		27.931	22.174
Provisão administrativa		21.692	22.630
Passivo não circulante		**37.722**	**33.787**
Contas a pagar		**19**	**1.568**
Tributos diferidos		19	1.568
Outros débitos		**32.387**	**27.794**
Provisões judiciais	18	32.387	27.794
Débitos diversos	18-e	**5.316**	**4.425**
Patrimônio líquido	19	**312.376**	**307.479**
Capital social		273.323	273.323
Reservas de capital		557	557
Reservas de lucros		38.472	33.599
Ajustes com títulos e valores mobiliários		24	–
		925.520	**877.019**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2015	2014
Receita líquida com títulos de capitalização		**202.648**	**179.258**
Arrecadação com títulos de capitalização		408.113	359.324
Variação da provisão para resgate		(205.465)	(180.066)
Variação das provisões técnicas	17	**938**	**(2.290)**
Resultado com sorteios	20-a	**(25.034)**	**(13.460)**
Custos de aquisição	20-b	**(172.921)**	**(153.783)**
Outras receitas e despesas operacionais	20-c	**31.413**	**97.674**
Outras receitas operacionais		31.883	98.855
Outras despesas operacionais		(470)	(1.181)
Despesas administrativas		**(45.310)**	**(74.660)**
Pessoal próprio		(24.884)	(21.447)
Serviços de terceiros		(11.877)	(14.273)
Localização e funcionamento		(5.499)	(5.552)
Publicidade e propaganda		(102)	(96)
Publicações		(164)	(136)
Donativos e contribuições		(27)	(656)
Despesas administrativas diversas	20-d	(2.757)	(32.500)
Despesas com tributos	20-e	**(11.419)**	**(12.011)**
Resultado financeiro		**75.248**	**230.021**
Receitas financeiras	20-f	88.669	254.104
Despesas financeiras	20-g	(13.421)	(24.083)
Resultado patrimonial		**2.572**	**1.736**
Receitas com imóveis de renda		2.340	1.942
Receitas com ajustes de investimentos em controladas ou coligadas		165	24
Despesas com ajustes de investimentos em controladas ou coligadas		(16)	(147)
Receitas com outros investimentos		83	(83)
Resultado operacional		**58.135**	**252.485**
Ganhos e perdas com ativos não correntes	20-h	**(1.520)**	**5.604**
Resultado antes de impostos e participações		**56.615**	**258.089**
Imposto de renda	21	**(10.944)**	**(24.421)**
Contribuição social	21	**(4.066)**	**(14.862)**
Participações sobre o resultado		**(1.981)**	**(2.898)**
Lucro líquido do exercício		**39.624**	**215.908**
Quantidade de ações		**308.840**	**308.840**
Lucro líquido por ação		**128,30**	**699,09**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas: De capital	Reservas: Legal	Reservas: De lucros a realizar	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	**273.323**	**557**	**5.615**	**24.342**	**–**	**–**	**303.837**
Ajustes de exercícios anteriores	–	–	–	(16.874)	–	–	(16.874)
Saldos em 31 de dezembro de 2013 reapresentados	**273.323**	**557**	**5.615**	**7.468**	**–**	**–**	**286.963**
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**215.908**	**215.908**
Destinação do resultado:	**–**	**–**	**10.795**	**9.721**	**–**	**(215.908)**	**(195.392)**
Reserva legal	–	–	10.795	–	–	(10.795)	–
Reserva de lucros a realizar	–	–	–	9.721	–	(9.721)	–
Dividendos	–	–	–	–	–	(195.392)	(195.392)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	**273.323**	**557**	**16.410**	**17.189**	**–**	**–**	**307.479**
Títulos e valores mobiliários	**–**	**–**	**–**	**–**	**24**	**–**	**24**
Lucro líquido do exercício	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**39.624**	**39.624**
Destinação do resultado:	**–**	**–**	**1.981**	**2.892**	**–**	**(39.624)**	**(34.751)**
Reserva legal	–	–	1.981	–	–	(1.981)	–
Reserva de lucros a realizar	–	–	–	2.892	–	(2.892)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	(8.000)	(8.000)
Dividendos	–	–	–	–	–	(26.751)	(26.751)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	**273.323**	**557**	**18.391**	**20.081**	**24**	**–**	**312.376**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Lucro líquido do exercício		**39.624**	**215.908**
Resultados abrangentes		**24**	**–**
Variação líquida no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda		43	–
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes		(19)	–
Resultado abrangente total		**39.648**	**215.908**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de Reais)

Atividades operacionais	2015	2014
Lucro líquido do exercício	39.624	215.908
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	394	325
Perdas (reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	(313)	439
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(12)	(7)
Resultado de equivalência patrimonial	(149)	123
Variação das provisões técnicas	204.527	182.356
Outros ajustes	30	–
Lucro líquido ajustado	**244.101**	**399.144**
Variação das contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(66.020)	55.263
Créditos das operações de capitalização	3.577	6.273
Créditos fiscais e previdenciários	12.221	27.191
Depósitos judiciais e fiscais	(6.450)	(4.701)
Despesas antecipadas	(1.593)	(486)
Outros ativos	10.975	155.814
Fornecedores	(9.819)	7.406
Impostos e contribuições	317	(31)
Outras contas a pagar	(1.236)	3.140
Débitos de operações com capitalização	27	(1.819)
Depósitos de terceiros	–	2
Provisões técnicas - capitalização	(148.022)	(165.422)
Provisões judiciais	4.593	(217.480)
Outros passivos	891	(77.386)
Caixa gerado nas operações	**43.562**	**186.908**
Impostos sobre lucros pagos	(107)	–
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**43.455**	**186.908**
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda de ativo permanente:		
Investimentos	6	–
Imobilizado	7	18
Pagamento pela compra de ativo permanente:		
Imobilizado	(677)	(204)
Intangível	(624)	(26)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	**(1.288)**	**(212)**
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(42.321)	(186.549)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento	**(42.321)**	**(186.549)**
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(154)**	**147**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**252**	**105**
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**98**	**252**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Liderança Capitalização S.A. ("*Empresa*"), autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e situada na Rua Jaceguai nº 400, São Paulo-SP, opera na colocação de títulos de capitalização denominados "Tele Sena". O controlador em última instância é o Sr. Senor Abravanel. Para a colocação desses títulos é utilizada uma rede de distribuidores em todo o Brasil, que também atuam como postos para o resgate dos títulos. Os títulos são emitidos de acordo com as normas da Circular SUSEP nº 365, de 27 de maio de 2008 e alterações posteriores, e segundo as condições gerais e notas técnicas atuariais. Os títulos são estruturados em séries, com prazo de vigência de 12 meses, na modalidade Popular e forma de custeio do tipo Pagamento Único (PU) com capitalização de 50%. Esses títulos têm prazo de prescrição de até cinco anos, conforme previsto no Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002).

A Empresa foi constituída sob natureza jurídica de Sociedade Anônima de capital fechado, tendo seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Composição acionária

	Silvio Santos Participações S.A. Quantidade de ações	%	Senor Abravanel Quantidade de ações	%	Henrique Abravanel Quantidade de ações	%	Total Quantidade de ações	%
Silvio Santos Participações S.A.	–	–	1.661.309.441	94,4174%	98.227.466	5,5826%	1.759.536.907	100,00%
Liderança Capitalização S.A.	308.839	99,9997%	–	–	1	0,0003%	308.840	100,00%

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com a observância das práticas contábeis aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela SUSEP.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e suas alterações e os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras pela Diretoria foi realizada em 24 de fevereiro de 2016.

a. Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens contemplados nos balanços patrimoniais:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil.

- Nota 5 - Aplicações financeiras
- Nota 6-a - Créditos das operações de capitalização
- Nota 8 - Créditos tributários
- Nota 17 - Provisões técnicas
- Nota 18 - Provisões judiciais

3. Principais práticas contábeis adotadas

a. Caixa e bancos

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em caixa e depósitos bancários à vista em moeda nacional e compreendem os saldos registrados na rubrica "caixa e bancos".

b. Apuração de resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas líquidas com títulos de capitalização, assim como os respectivos custos de comercialização e provisões técnicas, conforme Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações, são integralmente registradas no mês de emissão dos títulos com base em estimativa que consideram parâmetros históricos para cada campanha de venda. Após o término das campanhas são efetuados os ajustes e consequentemente refletidas as vendas e despesas efetivas.

c. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado; disponíveis para venda; mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

- **Valor justo por meio de resultado** - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado e a Empresa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos.
- **Disponíveis para venda -** Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
- **Mantidos até o vencimento -** Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.
- **Empréstimos e recebíveis -** São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem os "Créditos das operações com capitalização", decrescidos de qualquer perda no valor recuperável.

Redução ao valor recuperável (Ativo financeiro)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado quando da efetiva venda dos ativos.

Valor justo

Os títulos classificados como "valor justo por meio do resultado" e "disponíveis para venda" são ajustados ao seu valor justo (mercado). As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente investido e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração, e por se tratar de operações de curto prazo, o custo atualizado está próximo ao valor de mercado.

As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

d. Créditos das operações de capitalização

Registram o valor dos títulos de capitalização a receber, em poder dos distribuidores durante o seu período de comercialização.

No que se refere à redução ao valor recuperável de créditos com títulos de capitalização, a provisão é apurada considerando o critério definido na Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações, que consiste no provisionamento de títulos vencidos acima de 60 dias.

e. Despesas antecipadas

Compreende, principalmente, custos e despesas incorridos e necessários à colocação de títulos relativos às campanhas futuras, cuja comercialização ainda não iniciou até a data de fechamento do balanço.

f. Outros valores e bens

Demonstrados ao valor de custo acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, até a data de balanço, em base pro rata dia. Quando aplicável, o valor a receber originado da venda de investimentos está apresentado a valor presente (vide Nota Explicativa nº 22-e).

g. Investimentos

Investimentos em controladas e coligadas

Os ajustes dos investimentos em sociedades controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em receitas e despesas com ajustes de investimentos em controladas e coligadas.

Imóveis destinados à renda

Correspondem substancialmente ao imóvel recebido da Silvio Santos Participações S.A., em dação de pagamento parcial da dívida, conforme Nota Explicativa nº 22-e, no montante de R$ 68.030 mensurado pelo seu valor de custo. A descrição da operação e características detalhadas do imóvel constam na Nota Explicativa nº 13.

h. Imobilizado

Mensurado ao custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item.

Reparos e manutenções são contabilizados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

O imobilizado é depreciado usando o método linear conforme se segue:

	Anos
Bens móveis	5 a 10
Outras imobilizações	25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada exercício.

Imóveis de uso próprio compreende, principalmente, o edifício sede da Empresa. O valor justo dos imóveis, apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada, encontra-se superior ao valor contábil e, como consequência e, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado, foi cessado o registro da depreciação.

i. Passivo circulante e não circulante

Mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Obrigações a pagar decorrem do curso normal das atividades da Empresa, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário é registrado no passivo não circulante.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (no exercício) para imposto de renda, 15% nos meses de janeiro a agosto de 2015 e 20% nos meses de setembro a dezembro de 2015 sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Empresa optou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, pelo regime de tributação pelo lucro real anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertam, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação.

k. Provisões judiciais

As contingências ativas e provisões judiciais são avaliadas pela Administração em conjunto com as assessorias jurídicas interna e externa. As contingências ativas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as provisões judiciais são registradas quando a probabilidade de desembolso de caixa é avaliada como sendo provável e se possam mensurar com razoável segurança.

l. Provisões técnicas

São constituídas de acordo com as normas e instruções do CNSP e da SUSEP, a seguir descritas:

- **Provisão matemática para capitalização (PMC)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de pagamento único, representado, em conformidade com as condições gerais dos respectivos títulos, por 50% do valor de aquisição de títulos de capitalização "Tele Sena", atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR), acrescida de juros equivalente a 0,08% ao ano, com prazo de vencimento de um ano.

  A Empresa adotou a faculdade prevista no Inciso I do Artigo 4º da Circular SUSEP nº 459/12 e alterações posteriores, preservando assim a taxa de juros aplicada aos títulos comercializados até a data da publicação da referida Circular equivalentes a 20% dos juros aplicados às cadernetas de poupança.
- **Provisão para sorteios a realizar (PSR)** - Refere-se à provisão para prêmios de sorteios a realizar, discriminados nos títulos de capitalização "Tele Sena" e definidos segundo nota técnica atuarial de valores variáveis a cada evento.
- **Provisão para resgate (PR)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de títulos de capitalização, depois de transcorrido o prazo de vencimento, e ainda não resgatados, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR).
- **Provisão para sorteios a pagar (PSP)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de prêmios por sorteios já realizados.
- **Provisão para despesas administrativas (PDA) -** Refere-se aos compromissos necessários para cobrir despesas administrativas dos títulos de capitalização "Tele Sena", definido segundo metodologia descrita em nota técnica atuarial, classificado como "provisões administrativas".

4. Caixa e bancos

	2015	2014
Caixa e bancos	98	252
Total	**98**	**252**

5. Aplicações financeiras

	2015 Custo atualizado	Sem vencimento	01 a 90 dias	Acima de 365 dias	Ganhos não realizados	Valor contábil	% da carteira	2014 Valor contábil	% da carteira
I - Valor justo por meio do resultado	**53.879**	**53.879**	**–**	**–**	**–**	**53.879**	**9,11%**	**48.670**	**9,26%**
Fundos de renda fixa abertos	**53.879**	**53.879**	**–**	**–**	**–**	**53.879**		**48.670**	
II - Disponíveis para venda	**532.587**	**(89)**	**231.984**	**300.603**	**43**	**532.541**	**90,03%**	**476.850**	**90,74%**
Fundos exclusivos de títulos públicos	**532.587**	**(89)**	**231.984**	**300.603**	**43**	**532.541**		**476.850**	
LFT - Letras financeiras do tesouro	300.603	–	–	300.603	43	300.646		–	
Operações compromissadas (*)	231.984	–	231.984	–	–	231.984		476.930	
Caixa e despesas dos fundos exclusivos	–	(89)	–	–	–	(89)		(80)	
III - Mantidos até o vencimento	**5.120**	**–**	**5.120**	**–**	**–**	**5.120**	**–**	**–**	**0,00%**
CDB - Certificados de depósitos bancários	**5.120**	**–**	**5.120**	**–**	**–**	**5.120**		**–**	
Total	**591.586**	**53.790**	**237.104**	**300.603**	**43**	**591.540**	**100,00%**	**525.520**	**100,00%**

(*) As operações compromissadas são lastreadas por títulos públicos, as quais estão custodiadas por meio de instituições financeiras.

Alocação por Administrador/Instituição Financeira

Fundos de renda fixa abertos	2015	2014
Caixa Econômica Federal	53.879	48.670
	53.879	**48.670**

Fundos exclusivos de títulos públicos	2015	2014
Caixa Econômica Federal	162.540	142.920
Banco Bradesco S.A.	370.001	333.930
	532.541	**476.850**

CDB - Certificados de depósitos bancários (*)	2015	2014
Caixa Econômica Federal	5.120	–
	5.120	**–**

(*) A taxa de juros contratada para CDB - Certificados de depósitos bancários é equivalente a 100,5% do CDI.

Movimentação das aplicações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

	Saldos em 2014	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste a valor justo	Saldos em 2015
Fundos de renda fixa abertos	48.670	–	(1.000)	6.209	–	53.879
Fundos exclusivos de títulos público.	476.850	112.822	(118.569)	61.395	43	532.541
CDB - Certificados de depósitos bancários	–	10.000	(5.167)	287	–	5.120
Total	**525.520**	**122.822**	**(124.736)**	**67.891**	**43**	**591.540**

	Saldos em 2013	Aplicações	Resgates	Rendimentos	Ajuste a valor justo	Saldos em 2014
Fundos de renda fixa abertos	48.060	–	(4.300)	4.910	–	48.670
Fundos exclusivos de títulos público.	506.481	170.235	(249.444)	49.578	–	476.850
CDB - Certificados de depósitos bancários	26.242	120.000	(148.644)	2.402	–	–
Total	**580.783**	**290.235**	**(402.388)**	**56.890**	**–**	**525.520**

Rentabilidade da carteira

Em 2015, o rendimento auferido com os ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos da Empresa totalizou R$ 67.934 no exercício (R$ 56.890 em 2014). Essa rentabilidade representa 98,28% (98,65% em 2014) do CDI que foi de 13,35%, acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (10,76% em 2014).

Aplicações financeiras - Cobertura de reservas

	2015	2014
Aplicações financeiras vinculadas à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimentos	575.501	509.260
Certificados de depósitos bancários	5.120	–
Imóveis	6.000	–
Total vinculado	**586.621**	**509.260**
Aplicações financeiras livres		
Quotas de fundos de investimentos	10.919	16.260
Total de aplicações livres	**10.919**	**16.260**
Total	**597.540**	**525.520**
Provisões técnicas (Nota 17)	551.605	495.100
Aplicações financeiras - Recursos livres	**45.935**	**30.420**
Excesso de cobertura	35.016	14.160
Aplicações financeiras livres	10.919	16.260

Hierarquia do valor justo dos ativos financeiros

A Empresa classifica as aplicações financeiras em três níveis de hierarquia na determinação do valor justo:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, ex

continuação

GRUPO SILVIO SANTOS

liderança capitalização s/a

CNPJ nº 60.853.264/0001-10
Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo

TELE SENA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

b. Movimentação da conta de títulos de capitalização a receber

	2015	2014
Saldos no início do exercício	**40.699**	**47.411**
Arrecadação com títulos de capitalização	408.113	359.324
Brindes, furtos e prêmios instantâneos	(228)	(330)
Eventos diversos	(1.703)	2.396
Recebimentos	(409.445)	(367.788)
Provisão para perdas	(1)	(314)
Saldos no final do exercício	**37.435**	**40.699**

7. Títulos e créditos a receber

	2015	2014
Créditos de capitalização a receber	7.314	7.296
Antecipações de resgates	9.742	6.482
Provisão para riscos de créditos a receber (*)	(7.281)	(7.281)
Aluguéis a receber	202	156
Outras	10	–
	9.987	**6.653**

(*) Refere-se a valores não repassados à Empresa por distribuidores de títulos os quais estão sendo cobrados judicialmente.

8. Créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	2015	2014
Circulante:		
Créditos de imposto de renda a compensar	2.051	8.688
Créditos de contribuição social a compensar	690	3.211
	2.741	**11.899**
Não circulante:		
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (a)		
Imposto de renda	12.867	12.970
Contribuição social	8.659	7.782
	21.526	**20.752**
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa da Contribuição Social (b)		
Imposto de renda	38.520	42.286
Contribuição social	25.300	25.371
	63.820	**67.657**
	85.346	**88.409**

Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/2015, que elevou a alíquota da contribuição social de 15% para 20% de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados de acordo com a expectativa de realização, produzindo um efeito de R$ 3.126 no resultado.

a. Créditos tributários sobre diferenças temporárias

Os créditos tributários decorrem, substancialmente, das provisões judiciais (Nota 18) e do ajuste a valor presente dos valores a receber da alienação dos investimentos (Nota 22-e). O prazo de realização dos créditos oriundos de provisões judiciais está condicionado ao desfecho das ações em andamento.

	2015			2014		
Diferenças temporárias	**Base do crédito tributário**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Base do crédito tributário**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
PIS	6.174	1.544	926	5.938	1.485	891
Processos cíveis	8.948	2.237	1.342	7.774	1.944	1.166
Processos trabalhistas	4.754	1.189	856	4.782	1.195	717
AVP - Ajuste a valor presente (Notas 11 e 12)	26.322	6.580	4.738	28.836	7.209	4.325
Provisão de honorários de êxito (Nota 18-e)	5.144	1.286	772	4.425	1.106	664
Outras	126	31	25	126	31	19
	51.468	**12.867**	**8.659**	**51.881**	**12.970**	**7.782**

b. Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social

A Empresa possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R$ 154.082 (R$ 169.142 em 31 de dezembro de 2014) e constituiu crédito tributário no valor de R$ 63.820 (R$ 67.657 em 31 de dezembro de 2014). A constituição de créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, principalmente, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social para os próximos exercícios.

A projeção de prazo para realização dos créditos tributários oriundos de prejuízo fiscal e base negativa está representado, conforme quadro a seguir:

	Projetado			
Período	**Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL**	**Imposto de renda diferido**	**Contribuição social diferida**	**%**
2016	15.899	3.975	3.180	10,32%
2017	12.008	3.002	2.402	7,79%
2018	15.839	3.960	3.168	10,27%
2019	15.249	3.812	2.287	9,90%
2020	15.893	3.973	2.384	10,31%
2021	16.866	4.216	2.530	10,95%
2022	18.221	4.555	2.733	11,83%
2023	23.636	5.909	3.545	15,34%
2024	20.471	5.118	3.071	13,29%
Total	**154.082**	**38.520**	**25.300**	**100,00%**

Os valores realizados durante o exercício de 2015 totalizaram R$ 14.546, os quais, comparados aos valores projetados para o mesmo exercício, representa seus respectivos 20,98% superior aos valores estudados.

	Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social		
Período	**Projetado**	**Realizado**	**%**
2015	12.023	14.546	120,98%

9. Outros créditos

	2015	2014
Adiantamentos a funcionários	221	272
Adiantamentos a fornecedores	96	81
Outros adiantamentos	21	16
	338	**369**

10. Despesas antecipadas

	2015	2014
Prestação de serviços a apropriar	1.989	2.231
Outras	2.307	472
	4.296	**2.703**

11. Outros créditos operacionais - não circulante

	2015	2014
Adiantamento para futuro aumento de capital	400	400
Outros	2	2
	402	**402**

12. Outros valores e bens

	2015	2014
Alienação de investimentos:		
Banco Panamericano S.A. (Nota 22-e)	82.146	96.424
	82.146	**96.424**

13. Investimentos

	Lider Art's Comunicação Ltda.	Hotel Jequitimar Ltda.	RBV Residencial Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Imóveis urbanos destinados à venda	Outros	Total 2015	Total 2014
Total de ativos	554	20.686	30.015				
Total de passivos	405	24.983	8.508				
Receitas	349	61.735	–				
Despesas	115	68.119	–				
Capital social	100	8.067	25.030				
Patrimônio líquido	149	(4.297)	21.507				
Lucro líquido do exercício	234	(6.384)	–				
Número de quotas possuídas	99.000	5.700	3.530.220				
Participação societária	99,00%	0,07%	14,10%				
Saldo dos investimentos no início do exercício	**–**	**1**	**3.033**	**68.557**	**7**	**71.598**	**71.194**
Resultado de equivalência patrimonial	150	(1)	–	–	–	**149**	**(123)**
Transferência	–	–	–	–	–	**–**	**527**
Dividendos a receber	(3)	–	–	–	–	**(3)**	**–**
Saldo dos investimentos no final do exercício	**147**	**–**	**3.033**	**68.557**	**7**	**71.744**	**71.598**

Em 23 de outubro de 2013 a Empresa recebeu do acionista Silvio Santos Participações S.A., a título de dação em pagamento parcial de dívida descrita na Nota Explicativa 22-e, um imóvel avaliado em R$ 68.030. Anualmente é efetuado teste de *impairment* por escritório especializado, utilizando o método evolutivo, não sendo apurada nenhuma perda no investimento.

Trata-se de um imóvel comercial, tipo galpão de uso geral médio, localizado no Município de Osasco - SP, próximo à Rodovia Anhanguera. O imóvel encontra-se parcialmente locado para a empresa ligada SS Comércio de Cosméticos e Produtos de Higiene Pessoal Ltda., com geração de receita de R$ 1.740 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R$ 1.675 em 2014).

Para adequar ao CPC nº 28, encontra-se classificado para imóveis destinados à renda, o valor contábil correspondente a 4 salas do imóvel pertencente à Empresa, localizado na Av. Marechal Camara,160 - RJ, destinadas à locação.

14. Imobilizado e intangível

	Imóveis de uso próprio	Bens móveis	Outras imobilizações (a)	Intangível (b)	Totais 2015	Totais 2014
Saldo no início do exercício						
Custo	17.843	6.001	1.090	679	25.613	26.474
(–) Depreciação acumulada	(12.162)	(5.248)	(220)	(615)	(18.245)	(18.473)
Saldo contábil líquido	**5.681**	**753**	**870**	**64**	**7.368**	**8.001**
Aquisições	62	439	176	624	1.301	230
Baixas/transferências	55	157	(213)	–	(1)	(538)
(–) Depreciação	–	(298)	(42)	(54)	(394)	(325)
Saldo contábil líquido no final do exercício	**5.798**	**1.051**	**791**	**634**	**8.274**	**7.368**
Taxas anuais de depreciação	**4%**	**10% a 20%**	**4%**	**20% a 33,33%**		

(a) Os montantes registrados na rubrica "Outras imobilizações" referem-se a benfeitorias em imóveis de terceiros e outras imobilizações em curso.

(b) Os montantes registrados na rubrica "Intangível" referem-se a marcas e patentes, linhas telefônicas, softwares, e outros intangíveis em andamento (projetos para desenvolvimento de sistemas para uso interno). As licenças de uso de softwares estão sendo amortizadas com vida útil estimada entre três e cinco anos. O intangível é registrado quando existe segurança na mensuração do custo e comprovado se irá gerar benefícios econômicos futuros para Empresa.

15. Obrigações a pagar

	2015	2014
Fornecedores	8.680	18.499
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	1.274	8.843
Outras	2.556	2.402
	12.510	**29.744**

16. Débitos de operações com capitalização

	2015	2014
Comissões sobre venda de títulos	5.444	5.417
Outras	11	11
	5.455	**5.428**

17. Provisões técnicas

As movimentações das provisões técnicas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram:

	Provisão						
	Matemática para capitalização	**Para resgate**	**Para sorteios a realizar**	**Para sorteios a pagar**	**Para despesas administrativas**	**Total 2015**	**Total 2014**
Saldos no início do exercício	**183.095**	**267.201**	**1.227**	**20.947**	**22.630**	**495.100**	**478.166**
Constituições	266.000	–	33.058	857	–	299.915	258.889
Reativações	–	1.409	–	70	–	1.479	261
Cancelamentos	(61.944)	–	(5.596)	(1.675)	–	(69.215)	(51.123)
Atualização monetária e juros	5.248	5.359	–	247	–	10.854	6.014
Pagamentos de resgates e sorteios	–	(136.438)	–	(17.640)	–	(154.078)	(144.079)
Prescrições	–	(27.742)	–	(1.803)	–	(29.545)	(40.214)
Reversões	–	(206)	(655)	(1.106)	(938)	(2.905)	(12.814)
Transferências	(182.982)	182.982	(24.857)	24.857	–	–	–
Saldos no final do exercício	**209.417**	**292.565**	**3.177**	**24.754**	**21.692**	**551.605**	**495.100**

18. Provisões judiciais

	Provisões judiciais					Depósitos judiciais				
	Saldos em 31/12/2014	**Adições**	**Baixas**	**Atualização monetária**	**Saldos em 31/12/2015**	**Saldos em 31/12/2014**	**Adições**	**Baixas**	**Atualização monetária**	**Saldos em 31/12/2015**
PIS (a)	6.307	–	–	236	6.543	–	–	–	–	–
COFINS (a)	–	–	–	–	–	7.162	74	–	485	7.721
Contribuição social (b)	8.932	2.298	–	912	12.142	16.303	3.005	–	1.669	20.977
Trabalhista (c)	4.780	1.411	(1.850)	413	4.754	677	13	(113)	31	608
Cíveis (d)	7.775	442	(123)	854	8.948	581	1.293	(104)	97	1.867
Total	**27.794**	**4.151**	**(1.973)**	**2.415**	**32.387**	**24.723**	**4.385**	**(217)**	**2.282**	**31.173**
	Saldos em 31/12/2013	**Adições**	**Baixas**	**Atualização monetária**	**Saldos em 31/12/2014**	**Saldos em 31/12/2013**	**Adições**	**Baixas**	**Atualização monetária**	**Saldos em 31/12/2014**
PIS (a)	6.111	–	–	196	6.307	–	–	–	–	–
COFINS (a)	219.875	23.121	(246.573)	3.577	–	6.762	–	–	400	7.162
Contribuição social (b)	8.223	1.384	(1.429)	754	8.932	12.019	2.141	–	2.143	16.303
Trabalhista (c)	3.467	933	–	380	4.780	773	561	(751)	94	677
Cíveis (d)	7.598	177	(640)	640	7.775	468	–	–	113	581
Total	**245.274**	**25.615**	**(248.642)**	**5.547**	**27.794**	**20.022**	**2.702**	**(751)**	**2.750**	**24.723**

Classificação de risco das ações judiciais

	2015				2014			
Contingências	**Provável**	**Possível**	**Remota**	**Total**	**Provável**	**Possível**	**Remota**	**Total**
Fiscais (*)	–	18.685	–	18.685	–	15.239	–	15.239
Trabalhistas	4.754	80.945	–	85.699	4.780	73.471	–	78.251
Cíveis	8.948	14.898	14.887	38.733	7.775	13.799	9.165	30.739
Total	**13.702**	**114.528**	**14.887**	**143.117**	**12.555**	**102.509**	**9.165**	**124.229**

(*) As discussões judiciais de natureza fiscal são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito uma vez que são consideradas como obrigações fiscais.

a. PIS e COFINS

A Empresa discutia a exigibilidade da contribuição para o PIS e COFINS nos termos das Emendas Constitucionais - EC nºs 01/94, 10/96, 17/97 e Lei 9.718/98, as quais alteraram a base de cálculo e alíquota que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e cuja solução encontra-se pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ao julgar processos com causa de pedidos similares, decidiu que a contribuição somente pode ser exigida sobre receitas provenientes do faturamento, sendo inconstitucional a cobrança sobre as demais receitas. Os valores não recolhidos, acrescidos de atualização pela variação da taxa SELIC e a provisão para encargos legais encontravam-se provisionados. A partir de junho de 2009, com fundamento na Lei nº 11.941, de 27/05/2009, art. 79, inc. XII foi revogado o dispositivo que exigia as contribuições sobre receitas diversas do conceito de faturamento. Assim sendo, a partir de maio de 2009 a Empresa provisionou tão somente as contribuições incidentes sobre as receitas provenientes da atividade empresarial. A Empresa não efetuava os recolhimentos mensais a título de COFINS, no entanto apurava mensalmente os valores relativos ao tributo a fim de constituir provisão relativa às contingências tributárias.

Muito embora que, com a publicação da Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, que em seu artigo 2º alterou o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, acrescentando o item IV para definição de receita bruta, tenha havido um reforço à tese dos contribuintes, que está para ser definida no *"leading case"* em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal, a Empresa, em 29 de julho de 2014, optou por aderir à nova fase do REFIS IV, que reabriu o prazo de adesão para empresas financeiras e equiparadas, concedendo redução de 100% das multas de mora e de ofício, dos juros de mora e dos encargos legais, para pagamento à vista, e consequentemente, desistiu da ação que era movida contra a Fazenda Nacional.

b. Contribuição social

A Empresa discute a majoração da alíquota da contribuição social (Lei 11.727/2008). O processo tramita na 4º Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, com probabilidade "possível", e a diferença entre a alíquota de 9% para 15% permanece provisionada sob o conceito de obrigação legal. Com a promulgação da Lei nº 13.169/2015, a Empresa passou a discutir a majoração da alíquota da contribuição social para 20%. O mandado de segurança tramita na 5ª Vara Cível da Subseção Judiciária de São Paulo/Capital sob nº 0017324-89.2015.403.6100, com probabilidade "possível", e a diferença entre a alíquota de 9% para 20%, ou seja, 11% permanece provisionada sob o conceito de obrigação legal. Os valores decorrentes desta obrigação encontram-se depositados judicialmente.

c. Trabalhista

Refere-se a reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Os processos trabalhistas encontram-se provisionados na rubrica "Provisões judiciais" classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

d. Cíveis

A Empresa possui registros de processos judiciais cíveis que se encontram em diversas instâncias, originadas, principalmente, por questionamentos quanto à premiação. A Empresa constituiu provisão para perdas em processos cíveis classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos.

e. Imposto sobre serviços

O Município do Estado do Rio de Janeiro, alegando que o título de capitalização "Tele Sena" é uma forma de loteria, vem autuando a Empresa, em processo de reclamação do pagamento de ISS - Imposto sobre serviços, nos períodos de novembro de 1991 a agosto de 1993, setembro de 1993 a fevereiro de 1998, março de 1998 a dezembro de 2001 e agosto de 2003 a julho de 2008, cujo valor atualizado destas autuações monta R$ 102.395 (R$ 90.409 em 31 de dezembro de 2014). A Empresa ofereceu as garantias legais necessárias e impetrou mandado de segurança contra o auto de infração que compreende o período de março de 1998 a dezembro de 2001, tendo sido obtida liminar para impedir o Município de efetuar qualquer medida visando à cobrança do débito. Como era previsto pelos advogados, o Superior Tribunal de Justiça acatou as argumentações da Empresa e, em novembro de 2013, julgou o mandado de segurança procedente, anulando a autuação fiscal, restando pendente atualmente a apreciação de recurso extraordinário manejado pelo Município do Rio de Janeiro perante o Supremo Tribunal Federal, com pouquíssimas possibilidades de êxito por parte do autor. Com base nessa avaliação, nenhuma provisão foi registrada pela Empresa para fazer face a eventuais desembolsos por conta dos referidos autos de infração. Sob a mesma argumentação, foram registrados honorários de êxito no montante de R$ 5.144 (R$ 4.425 em 31 de dezembro de 2014), registrado na rubrica "Débitos diversos", no passivo não circulante.

19. Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 308.840 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$ 885,00 cada ação, totalizando o montante de R$ 273.323.

b. Dividendos e remuneração sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual após as deduções legais, conforme estabelecido no estatuto social. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram disponibilizados, aos acionistas, o montante de R$ 26.751 de dividendos, dos quais R$ 2.277 foram pagos antecipadamente, conforme estabelecido no estatuto social, R$ 23.200 foram utilizados pelo acionista Silvio Santos Participações S.A. para amortização parcial de sua dívida, conforme descrito na Nota Explicativa nº 22-e e R$ 1.274 a serem pagos durante o exercício de 2016.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram disponibilizados, aos acionistas, o montante bruto de R$ 8.000 de juros sobre o capital próprio os quais, após dedução de R$ 1.200 de imposto de renda retido na fonte, o montante líquido de R$ 6.800 foram utilizados pelo acionista Silvio Santos Participações S.A. para amortização parcial de sua dívida, conforme descrito na Nota Explicativa nº 22-e.

Os juros sobre o capital próprio foram registrados e classificados de acordo com a Circular SUSEP 517/15 e suas alterações, observadas as normas de regência do imposto de renda, e reduziram a despesa de imposto de renda e da contribuição social em aproximadamente R$ 3.600.

Em reunião de Diretoria, realizada em 08 de dezembro de 2015, foi homologada a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, bem como sua utilização. A ratificação da distribuição destes dividendos e juros sobre o capital próprio será realizada em Assembleia Geral Ordinária no exercício em que as Demonstrações Financeiras forem aprovadas.

	2015	2014
Resultado líquido do exercício	**39.624**	**215.908**
Dividendo mínimo obrigatório (5%)	1.981	10.795
Dividendo adicional	24.770	184.597
Juros sobre o capital próprio	8.000	–
(–) Imposto de renda retido na fonte	(1.200)	–
Total de dividendos disponibilizados	**33.551**	**195.392**
Utilizado para amortização de dívida (Nota 22-e)	(30.000)	(171.424)
Pagamentos antecipados	(2.277)	(15.125)
Dividendos a pagar	**1.274**	**8.843**

c. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída ao final de cada exercício social mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, e até que atinja 20% do capital social realizado, conforme Artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76.

A reserva de lucros a realizar é constituída por até 100% do lucro líquido remanescente, após as deduções legais, ao final de cada exercício social, tendo por finalidade assegurar investimentos em ativos permanentes e reforço do capital de giro podendo, também, absorver prejuízos.

Essa reserva, em conjunto com a reserva legal, não poderá exceder o valor do capital social. Os acionistas, reunidos em Assembleia Geral, poderão a qualquer tempo, ou quando atingido o limite estabelecido, deliberar sobre sua destinação para aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

20. Detalhamento das contas de resultado

a. Resultado com sorteios

	2015	2014
Variação da provisão para sorteios:		
Constituições	(33.915)	(31.549)
Reativações	(70)	(260)
Cancelamentos	7.271	5.734
Reversões	1.761	12.771
Despesas com títulos sorteados	(81)	(156)
	(25.034)	**(13.460)**

b. Custos de aquisição

	2015	2014
Corretagem	(67.961)	(58.381)
Despesas de vendas	(17.542)	(16.171)
Publicidade e propaganda	(87.418)	(79.231)
	(172.921)	**(153.783)**

c. Outras receitas e despesas operacionais

	2015	2014
Receitas com prescrição de exigibilidades (Nota 17)	29.545	40.214
Receita de crédito tributário recebido (*)	–	58.561
Outras receitas com operação de capitalização	2.338	80
Perdas na recuperação de créditos	(23)	(440)
Furtos de Tele Senas	(162)	(292)
Outras despesas	(285)	(449)
	31.413	**97.674**

(*) Receita de crédito tributário recebido por transferência da empresa ligada BF Utilidades Domésticas Ltda. para pagamento de débitos fiscais no âmbito da Lei nº 13.043/14.

d. Despesas administrativas diversas

	2015	2014
Condenações judiciais	(396)	(1.455)
Provisão de contingências judiciais:		
Encargos legais REFIS	–	(5.390)
Outros processos administrativos	(1.853)	(470)
Multas e infrações:		
Consolidação de débitos REFIS Lei nº 12.973/14	–	(20.035)
Consolidação de débitos REFIS Lei nº 12.996/14	–	(1.783)
Consolidação de débitos REFIS Lei nº 13.043/14	–	(389)
Outras	(196)	(957)
Despesas não dedutíveis	(275)	(1.991)
Despesas diversas	(37)	(30)
	(2.757)	**(32.500)**

e. Despesas com tributos

	2015	2014
COFINS	(9.125)	(9.847)
PIS	(1.483)	(1.414)
Outros	(811)	(750)
	(11.419)	**(12.011)**

f. Receitas financeiras

	2015	2014
Títulos de renda fixa:		
Valor justo por meio do resultado	6.209	4.910
Disponíveis para venda	61.395	49.578
Mantidos até o vencimento	287	2.402
Juros sobre ativos financeiros avaliados ao valor presente (Nota 22-e)	13.208	8.536
Apropriação de juros sobre AVP - Ajuste a valor presente (Nota 22-e)	4.552	31.940
Atualização monetária de depósitos judiciais (Nota 18)	2.282	2.750
Benefícios consolidação REFIS	–	153.850
Outras	736	138
	88.669	**254.104**

g. Despesas financeiras

	2015	2014
Atualização monetária das provisões técnicas de capitalização (Nota 17)	(10.854)	(6.014)
Atualização monetária das provisões para contingências (Nota 18)	(2.415)	(5.547)
Juros sobre parcelamento REFIS	–	(4.284)
Juros sobre consolidação REFIS	–	(7.768)
Outras	(152)	(470)
	(13.421)	**(24.083)**

h. Ganhos e perdas com ativos não correntes

	2015	2014
Ajuste a valor presente:		
Alienação de investimento Banco Panamericano S.A. (Nota 22-e)	(2.038)	–
Processos judiciais (*)	–	4.866
Outros ganhos/(perdas)	518	738
	(1.520)	**5.604**

(*) Recebimento por trânsito em julgado do processo nº 98.001.049658-0, movido pela Empresa contra o DETRAN do Rio de Janeiro, face à inadimplência em contrato de locação imobiliária.

21. Imposto de renda e contribuição social

Os encargos com imposto de renda e contribuição social, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estão assim demonstrados:

	2015		2014	
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Lucro contábil antes dos impostos e participações	**56.615**	**56.615**	**258.089**	**258.089**
(–) Juros sobre o capital próprio	**(8.000)**	**(8.000)**	**–**	**–**
(–) Participações sobre os resultados	**(1.981)**	**(1.981)**	**(2.898)**	**(2.898)**
Lucro base	**46.634**	**46.634**	**255.191**	**255.191**
Adições	**8.569**	**8.569**	**19.029**	**19.029**
AVP - Ajuste a valor presente	2.038	2.038	–	–
Equivalência patrimonial (Nota 13)	16	16	147	147
Provisão para contingências	3.041	3.041	11.464	11.464
Multas indedutíveis	146	146	2.180	2.180
Outras	3.328	3.328	5.238	5.238
Exclusões	**(6.717)**	**(6.717)**	**(432.028)**	**(432.028)**
Equivalência patrimonial (Nota 13)	(165)	(165)	(24)	(24)
Reversão de provisão para contingências	(2.000)	(2.000)	(229.340)	(229.340)
Benefícios adesão ao REFIS (Nota 20-f)	–	–	(153.850)	(153.850)
AVP - Ajuste a valor presente (Nota 20-f)	(4.552)	(4.552)	(31.940)	(31.940)
Outras	–	–	(16.874)	(16.874)
Lucro fiscal antes das compensações	**48.486**	**48.486**	**(157.808)**	**(157.808)**
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(14.546)	(14.546)	–	–
Base de cálculo	**33.940**	**33.940**	**(157.808)**	**(157.808)**
Tributos correntes (IR/CS)	(8.461)	(5.352)	–	–
Incentivos fiscais dedução	405	–	–	–
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	(3.765)	(72)	39.452	23.671
Créditos tributários sobre diferenças temporais	877	1.465	(62.490)	(37.494)
Tributos períodos anteriores (IR/CS)	–	(107)	(1.383)	(1.039)
Total de tributos	**(10.944)**	**(4.066)**	**(24.421)**	**(14.862)**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	**20,03%**	**7,25%**	**9,03%**	**5,42%**

Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei nº 13.169/2015, que elevou a alíquota da contribuição social de 15% para 20% de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, produziu um efeito favorável de R$ 2.865 no resultado.

Créditos tributários	
Sobre diferenças temporárias	939
Sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	2.187
Tributos correntes	
Contribuição social	(261)
	2.865

22. Transações com partes relacionadas

	Ativos/(Passivos) 2015	Ativos/(Passivos) 2014	Receitas/(Despesas) 2015	Receitas/(Despesas) 2014
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A. (a-i)	(1.745)	(8.055)	(23.659)	(22.150)
Promolider Promotora de Vendas Ltda. (a-i)	–	(15)	(92)	(1.011)
Imagem e voz (a-ii)	(4.778)	(6.046)	(45.019)	(38.743)
Custos de aquisição	**(6.523)**	**(14.116)**	**(68.770)**	**(61.904)**
Serviços compartilhados (b)	(48)	(50)	(679)	(807)
Despesas com serviços de terceiros	**(48)**	**(50)**	**(679)**	**(807)**
SS Com. de Cosméticos e Prod. Hig. Pessoal Ltda.	145	140	1.740	1.675
Perícia Adm. e Corr. Seg. e Prev. Priv. S.C Ltda.	–	1	3	(5)
Promolider Promotora de Vendas Ltda.	–	5	11	39
BF Utilidades Domésticas Ltda.	2	2	22	21
Lider Art's Comunicação Ltda.	–	1	10	13
SISAN Empreendimentos Imobiliários Ltda.	7	–	84	–
Receitas/(despesas) de aluguel (c)	**154**	**149**	**1.870**	**1.743**
BF Utilidades Domésticas Ltda.	–	–	–	404
BF Utilidades Domésticas Ltda. - Outros créditos	2	2	–	–
Silvio Santos Participações S.A.	–	–	–	49
Outros créditos a receber - Não circulante	**2**	**2**	**–**	**453**
Silvio Santos Participações S.A.	82.146	96.424	15.722	40.476
Outros valores e bens (e)	**82.146**	**96.424**	**15.722**	**40.476**
Dividendos a receber (Nota 13)	3	–	–	–
Dividendos a pagar (Nota 15)	(1.274)	(8.843)	–	–
Juros sobre o capital próprio e dividendos	(1.271)	(8.843)	–	–
TVSBT Canal 4 de São Paulo S.A	(193)	–	–	–
Silvio Santos Participações S.A.	–	(190)	–	–
Hotel Jequitimar Ltda.	(6)	(6)	–	–
Lider Art's Comunicação Ltda.	–	(86)	–	–
Outras contas a pagar	**(199)**	**(282)**	**–**	**–**

a. Custos de aquisição: As despesas que estão registradas neste grupo são decorrentes de:

(i) Custos por veiculação publicitária, propaganda e divulgação dos títulos de capitalização que comercializa;

(ii) Contrato de cessão de direito de imagem e voz, com o objetivo de promoção de campanhas publicitárias de seus produtos.

b. Despesas com serviços de terceiros: refere-se ao rateio de serviços contábeis, financeiros, de suporte administrativo e de processamento de dados estabelecido com o SBT. Os valores decorrentes dessas operações estão classificados na rubrica "Obrigações a pagar", os quais estão pendentes de pagamento e correspondem a parcelas ainda não vencidas, com observância dos prazos usuais.

c. Receitas/(despesas) de aluguel: A Empresa mantém contratos de aluguel de imóveis com empresas ligadas e outras partes relacionadas e foram registrados na rubrica "Receita com imóveis de renda", o saldo pendente de recebimento está registrado na rubrica "Títulos e créditos a receber".

d. Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui conselheiros e diretores e os valores pagos a título de pró-labore montam R$ 326 (R$ 832 em 31 de dezembro de 2014).

e. Outras informações: Em 17 de novembro de 2010, a Empresa alienou à Silvio Santos Participações S.A. o total de 60.983.906 ações dos investimentos anteriormente mantidos no Banco Panamericano S.A., pelo montante de R$ 305.529 (R$ 5,01 por ação) com vencimento para liquidação em 16 de novembro de 2020 atualizado pela variação do IGPM - Índice Geral de Preços para Mercado.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Administração da Empresa registrou o montante de R$ 126.569 a título de ajuste a valor presente sobre o montante a receber decorrente da referida venda, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações assinado em 17 de novembro de 2010. O ajuste a valor presente foi calculado para reconhecer a nova medição do ativo, anteriormente registrado pelo seu valor de face e utilizou-se como taxa de desconto o CDI futuro, tomando-se por base o valor do ativo atualizado projetado pelo IGPM até a data de vencimento.

Em 23 de outubro de 2013 a Silvio Santos Participações S.A. amortizou parte da dívida por meio de dação de imóvel no montante de R$ 68.030 (Nota 13).

Em 31 de agosto de 2014, a Silvio Santos Participações S.A. amortizou parte da dívida por meio de distribuição de dividendos antecipados do exercício de 2014, no montante de R$ 119.424; em 24 de setembro de 2014, amortizou parte da dívida, mediante pagamento em espécie, no montante de R$ 13.000, em 30 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015 amortizou parte da dívida por meio de distribuição de dividendos antecipados dos exercícios de 2014 e 2015, no montante de R$ 52.000 e R$ 23.200, respectivamente. Ainda em 31 de dezembro de 2015 amortizou parte da dívida por meio de distribuição de juros sobre o capital próprio antecipados do exercício de 2015 no montante líquido de R$ 6.800.

O saldo remanescente com vencimento para liquidação em 31 de agosto de 2020 está atualizado pela variação do IGPM - Índice Geral de Preços para Mercado, conforme aditivo contratual. Em função destas amortizações a Administração da Empresa, procedeu à revisão do cálculo do Ajuste a Valor Presente utilizando as taxas de CDI e IGPM projetadas a partir das datas de cada amortização. O saldo atualizado e ajustado a valor presente totaliza R$ 82.146 em 31 de dezembro de 2015

GRUPO SILVIO SANTOS

liderança capitalização s/a

CNPJ nº 60.853.264/0001-10
Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo

TELE SENA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

24. Gestão de risco

a. Filosofia de gestão corporativa

A gestão corporativa do Grupo Silvio Santos pauta-se por iniciativas que refletem solidez e rentabilidade. Neste contexto, cabe mencionar a existência de comitês de gestão que estão em linha com as melhores práticas de mercado, a saber:

i. **Conselho de direção**, compete zelar pelos interesses dos acionistas, decidir sobre os planos estratégicos de investimentos, empreendimentos, orçamentos, objetivos gerais e sociais das empresas e, ainda, aprovar as estratégias de atuação do Grupo Silvio Santos.

ii. **Comitê financeiro**, formula e define as principais estratégias e assuntos financeiros do Grupo Silvio Santos e de suas empresas, propondo e padronizando a consolidação das políticas e práticas relacionadas com controles financeiros.

iii. **Comitê de tecnologia da informação**, compete manter as atualizações das políticas de Tecnologia da Informação do Grupo Silvio Santos, de forma a garantir a eficácia operacional dos negócios.

b. Procedimentos de prevenção

É de responsabilidade de todos os funcionários e colaboradores tomar conhecimento do Código de Conduta Ética do Grupo Silvio Santos e do Termo de Resposabilidade sobre o uso de recursos Corporativos de Tecnologia da Informação, além de evitar situação que implique ou possa ser interpretada como prejuízo à organização e suas empresas, e, por consequência, a si próprio. O funcionário ou colaborador deve comunicar imediatamente, aos supervisores ou ao Comitê Interno de Ética, quaisquer situações ou transações que estejam ou possam estar relacionadas ao risco de fraude.

Além das responsabilidades comuns aos funcionários, todos devem respeitar e praticar, de forma inequívoca, os preceitos de boas práticas, bem como orientar seu grupo de trabalho a manter o mais alto padrão de comportamento ético.

É de responsabilidade ainda dos gestores em cargos de comando, desenvolver um ambiente de trabalho que estimule um diálogo franco, principalmente em relação a conflitos de interesse e posturas éticas. Deverá ainda analisar as situações de conflito de interesse identificadas, situações de suspeitas de fraudes e encaminhá-las para o canal interno de denúncias ou ao departamento de Recursos Humanos.

c. Lavagem de dinheiro

A Circular nº 445/12 da SUSEP dispõe sobre os controles internos específicos com o objetivo de prevenir e combater os crimes de lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, ou os crimes que com eles possam relacionar-se, o acompanhamento das operações realizadas e as propostas de operações com pessoas politicamente exposta, bem como prevenir e coibir o financiamento ao terrorismo, contidos na Lei nº 9.613/98. A empresa observa rigorosamente tais preceitos ao definir, como uma de suas políticas básicas, o conhecimento de seus clientes, mantendo atualizadas suas informações cadastrais e determina procedimentos internos que visam coibir: a) a compra ou venda de ativos por preço significativamente inferior ou superior ao de mercado; b) a mudança repentina ou aparentemente injustificada na forma de movimentação de recursos e nos tipos de transações utilizadas; c) operações ou propostas de operações com vínculo direto ou indireto, realizada por pessoa estrangeira que seja residente, domiciliada ou tenha sede em região considerada paraíso fiscal ou em locais onde é observada a prática contumaz de crimes tipificados pela Lei nº 9.613/98.

Operações suspeitas são as que podem configurar indício de ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 9.613/98. As comunicações das operações suspeitas de lavagem de dinheiro são realizadas por meio do sítio do COAF - Conselho de Controle de Atividades Financeiras no prazo de 24 horas contadas de sua verificação, de acordo com a Circular SUSEP nº 445/12, sem que seja dada ciência aos envolvidos. As comunicações de boa fé, conforme previsto no § 2º do artigo 11, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, não acarretarão responsabilidade civil, penal ou administrativa às sociedades de capitalização, seus controladores, administradores e empregados.

Periodicamente são promovidos treinamentos específicos sobre monitoração, identificação e comunicação de operações que possam caracterizar indício de Lavagem de Dinheiro, bem como Prevenção a Fraudes.

d. Controles internos

A avaliação e monitoramento dos controles internos são geridos pela área de Controles Internos, ligada à Diretoria Administrativo-Financeira. Esta tem por objetivo impulsionar a cultura de controles em busca de ações voltadas para a conformidade. Responde por verificações periódicas junto às várias áreas da empresa, tendo por resultado empreender ações no sentido de esclarecer e regularizar eventuais não conformidades, observando o atendimento à Circular SUSEP nº 249/04 e suas alterações. Para tanto, é periodicamente elaborado o relatório do Sistema de Auto Avaliação dos Controles Internos (Gestão de *Compliance*).

Conforme disposto na Circular SUSEP nº 249/04, o resultado do acompanhamento sistemático dos controles internos é submetido à Diretoria, e seus resultados são formalizados em relatórios específicos e arquivados na área de Controles Internos da empresa, desta forma a adoção deste mecanismo propicia o aprimoramento da gestão de riscos.

Para sua atuação, segue, normalmente, os seguintes normativos internos e externos: a) as normas legais dos organismos reguladores; b) princípios de segregação de funções; c) princípios éticos e normas de conduta; d) regulamentos, normas e procedimentos internos; e) sistema de informações; f) princípios de prevenção à lavagem de dinheiro e g) processo de prevenção à fraude. Além destes fatores, são administrados os relacionamentos com a fiscalização, os auditores internos e externos e as relações com associações de classe.

A empresa possui um Plano de Continuidade de Negócios onde estão definidas as responsabilidades estabelecidas na organização para atender a eventos inesperados. Contém também informações detalhadas sobre as características das áreas e sistemas envolvidos. É um documento desenvolvido com o intuito de treinar, organizar, orientar, facilitar, agilizar e uniformizar as ações necessárias às respostas de controle e combate às ocorrências anormais. Possui também uma área de contingência física localizada a cerca de 20 km do espaço principal das operações diárias.

e. Riscos técnicos e atuariais

A estrutura de gestão técnica dos produtos é realizada pela própria empresa. Os trabalhos atuariais são realizados por uma empresa contratada para este fim. De acordo com a Resolução CNSP nº 321/15, o parecer atuarial informa que as provisões técnicas estão adequadamente constituídas.

O produto título de capitalização, não demanda a modalidade de resseguro para sua operacionalização.

f. Riscos financeiros

A política operacional de gerenciamento financeiro é definida pelo Comitê Financeiro. A empresa utiliza-se da ferramenta específica e de serviços de consultoria econômica para avaliação de cenários.

A administração dos recursos financeiros, oriundos dos investidores em títulos de capitalização, é exposta a diversos riscos cujas ações internas procuramos eliminar ou minimizar, dentro de posturas conservadoras, preservando a segurança e liquidez dos ativos, com baixa exposição a estes riscos.

As aplicações financeiras são alocadas de modo a atender os requisitos acima, e enquadrados dentro das normas exigidas pelos órgãos competentes.

A opção de uma custódia centralizada, aliada a processos internos de acompanhamento, garantem a mitigação do risco de desenquadramento das posições aplicadas. Estas ações garantem que as restrições das normas reguladoras do setor de capitalização sejam seguidas e monitoradas diariamente, pelo agente custodiante e por processos internos de gestão.

g. Riscos operacionais

A empresa está implementando os critérios para a constituição de Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), que compreende o desenvolvimento de controles de identificação, captura e classificação das perdas operacionais materiais, dos eventos de recuperação e das atualizações a elas associadas, de acordo com a Circular SUSEP n° 517/15 e suas alterações, para fins de aprimoramento do modelo regulatório de capital de risco baseado no risco operacional.

h. Risco de crédito

A empresa dispõe sobre critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco de crédito, de acordo com a Resolução CNSP n° 321/15, onde o risco de crédito pode ocorrer na eventualidade de insolvência dos emissores de ativos financeiros e do não-recebimento de valores decorrentes de emissão dos títulos de capitalização.

A possibilidade de perda devido à inadimplência do tomador dos recursos é minimizada evitando concentração de valores numa única instituição, bem como seguindo análises de riscos corporativos e agências de *rating*. Entendendo que os títulos emitidos pelo Governo Federal são considerados como Risco Soberano e com classificação de baixo risco de crédito, há grande concentração no portfólio da carteira, sempre considerando como parâmetro interno de mínimo 50% (cinquenta por cento) do total aplicado.

i. Risco de mercado

No âmbito da gestão de risco de mercado, a empresa adota modelo interno baseado no VAR - *Value at Risk*, amplamente aceito e difundido pelo mercado. Embora aplicado a carteiras complexas, pois leva em consideração os efeitos de alavancagem e diversificação, o que não é o caso da carteira da empresa, entendemos ser o melhor instrumento para apuração de possíveis perdas pelas oscilações dos preços dos ativos, além de ser comparável com performances de fundos abertos do mercado financeiro.

A Empresa adota dois intervalos de confiança na mensuração do VAR, um de 99% de intervalo para atender exigência de órgão regulador, e um de 95% de intervalo, o mais utilizado pelos gestores do mercado financeiro. A escolha do nível de confiança é questão de convenção, já que os intervalos VAR resultantes são de qualquer forma comparáveis entre si, considerando o número de dias de perda provável.

A Empresa atua exclusivamente no segmento de renda fixa. Não atua diretamente no segmento de renda variável, moedas e índices de preços, por entender que a volatilidade destes mercados, possa afetar a liquidez e a previsibilidade dos ganhos financeiros, além de não ser referência de correção das provisões matemáticas. Esse conceito leva em conta a configuração do nosso principal produto, a Tele Sena, que tem como principal característica a capitalização por um ano, e correção pós-fixada pela TR e juros anuais.

Não atuamos diretamente no mercado de derivativos, e os eventualmente constantes na posição, são definidos pelos gestores de fundos exclusivos de investimento, com objetivo de trocar posições pré-fixadas para pós-fixadas, mantendo a diretriz principal estabelecida pela Empresa.

Considerando ainda que o *benchmark* da Empresa é o CDI - Certificado de Depósito Interbancário, e que toda a exposição do *portfólio,* seja direta ou indiretamente atrelada a este índice, que mesmo em cenários de stress, a carteira tenha um desempenho muito perto dos 100% esperado deste índice.

	2015				2014			
Período	**Carteira**	**CDI**	**% CDI**	**Var Diário***	**Carteira**	**CDI**	**% CDI**	**Var Diário***
janeiro	0,9148%	0,9293%	98,44%	0,0022%	0,8324%	0,8380%	99,34%	0,0037%
fevereiro	0,8065%	0,8185%	98,53%	0,0028%	0,7756%	0,7827%	99,10%	0,0034%
março	1,0188%	1,0361%	98,33%	0,0035%	0,7512%	0,7599%	98,85%	0,0033%
abril	0,9322%	0,9483%	98,30%	0,0034%	0,8059%	0,8155%	98,83%	0,0030%
maio	0,9676%	0,9838%	98,35%	0,0034%	0,8491%	0,8583%	98,92%	0,0025%
junho	1,0464%	1,0658%	98,18%	0,0037%	0,8082%	0,8174%	98,88%	0,0019%
julho	1,0429%	1,1773%	98,08%	0,0033%	0,9296%	0,8174%	98,88%	0,0019%
agosto	1,0429%	1,1075%	98,34%	0,0034%	0,8478%	0,8174%	98,88%	0,0019%
setembro	1,0429%	1,1075%	98,50%	0,0032%	0,8881%	0,8174%	98,88%	0,0019%
outubro	1,0429%	1,1077%	98,43%	0,0024%	0,9294%	0,8174%	98,88%	0,0019%
novembro	1,0429%	1,0552%	98,37%	0,0017%	0,8248%	0,8174%	98,88%	0,0019%
dezembro	1,0429%	1,1613%	98,37%	0,0011%	0,9402%	0,8174%	98,88%	0,0019%

(*) VAR intervalo de confiança de 95% na média móvel de 126 dias úteis.

O mapeamento do risco pela VAR é realizado em 4 janelas móveis de 21, 62, 126 e 252 dias úteis, medindo eventual superação do limite do VAR (*back test*), além de simular uma ruptura da carteira, baseada em rentabilidade do "pior" retorno dos períodos analisados.

	2015				2014			
Mapeamento de risco								
Janelas	**Mensal (21 du)**	**Trimestral (62 du)**	**Semestral (126 du)**	**Anual (252 du)**	**Mensal (21 du)**	**Trimestral (62 du)**	**Semestral (126 du)**	**Anual (252 du)**
VAR 95% de confiança	0,0000%	0,0000%	0,0017%	0,0055%	0,0011%	0,0018%	0,0015%	0,0020%
Stress histórico do período	0,0000%	0,0014%	0,0037%	0,0065%	0,0015%	0,0018%	0,0017%	0,0067%
VAR pela % mínima real	0,0007%	0,0007%	0,0021%	0,0024%	0,0024%	0,0024%	0,0024%	0,0024%
Fechamento pela VAR	95,39%	95,29%	95,13%	94,74%	95,27%	95,08%	95,08%	95,03%
Fechamento stress histórico	95,39%	95,13%	94,83%	94,49%	95,22%	95,08%	95,06%	94,45%
Fechamento pela mínima	95,31%	95,21%	95,04%	94,99%	95,13%	95,03%	95,00%	94,99%
VAR em R$	200	164	6.352	29.420	5.569	9.230	8.048	10.318
Máxima do período	98,44%	98,53%	98,57%	98,76%	98,69%	98,76%	99,07%	100,41%
Mediana	98,39%	98,38%	98,39%	98,49%	98,50%	98,42%	98,64%	98,83%
Média	98,38%	98,40%	98,35%	98,38%	98,37%	98,40%	98,55%	98,77%

Os valores apurados como perda estimada são imateriais considerando o valor da carteira. Em rentabilidade, no pior cenário, a carteira pode rodar entre 94,5% a 95,4% (94,5% a 95,3% em 31 de dezembro de 2014) do CDI que consideramos um patamar mais adequado visto que a proposta é estar próximo dos 100% do índice.

Em paralelo, mas com o mesmo conceito de apuração do risco da carteira, a Empresa mantém contrato de prestação de serviços com empresa especializada em avaliação de risco da carteira, com os mesmos conceitos internos de apuração, agregando ainda a performance da Empresa comparando com o mercado, além de informações relevantes na avaliação de crédito do *portfólio.*

A Empresa implementou ações necessárias para apuração do capital de risco baseado no risco de mercado, de acordo com a Resolução CNSP n° 321/15, sendo desenvolvido um manual metodológico que descreve os detalhes e as técnicas, premissas, procedimentos e critérios de materialidade adotados para estimação dos fluxos de caixas utilizados como base para o cálculo do capital de risco baseado no risco de mercado.

A Empresa apurou o montante de R$ 1.187 de capital de risco de mercado, de acordo com a Resolução CNSP nº 321/15, sendo que a alocação deste montante será realizado 50% entre 31 de dezembro de 2016 a 30 de dezembro de 2017 e 100% a partir de 31 de dezembro de 2017.

j. Risco de liquidez

A opção de não manter nenhum título público até o vencimento, e títulos privados, preferencialmente, em até 90 (noventa dias), são as principais medidas para o gerenciamento da liquidez, muito acima da exigibilidade do prazo médio de pagamento das provisões técnicas.

É compromisso da Empresa, seja qual for o cenário macroeconômico vigente, que o investidor do título tenha o seu resgate garantido, dentro dos prazos e correções estabelecidas nos títulos.

	2015				2014			
Vencimentos	**Liquidez "Duration" 0 dias**	**Vencimento "Duration" 968 dias**	**% Critério liquidez**	**% Critério vencimento**	**Liquidez "Duration" 0 dias**	**Vencimento "Duration" 0 dias**	**% Critério liquidez**	**% Critério vencimento**
Sem vencimento	586.420	285.773	99,13%	48,31%	525.520	525.520	100,00%	100,00%
De 1 a 30 dias	5.120	5.120	0,87%	0,87%	–	–	0,00%	0,00%
Acima de 720 dias	–	300.647	0,00%	50,82%	–	–	0,00%	0,00%
Total	**591.540**	**591.540**	**100,00%**	**100,00%**	**525.520**	**525.520**	**100,00%**	**100,00%**

O *duration* da carteira no critério de liquidez é de 0 dias (0,23 ponderado), com 100% dos recursos disponíveis em até 30 dias, refletindo o conservadorismo da Empresa visto que seu principal produto tem características de alta liquidez e com provisão matemática com *duration* de 78 dias (79 dias em 31 de dezembro de 2014).

	2015				2014			
Liquidez da carteira	**Carteira**	**Provisão matemática**	**% V carteira**	**% V reserva**	**Carteira**	**Provisão matemática**	**% V carteira**	**% V reserva**
Sem vencimento	586.420	320.497	99,13%	58,11%	525.520	289.376	100,00%	58,45%
De 1 a 30 dias	5.120	16.397	0,87%	2,97%	–	16.151	0,00%	3,26%
De 31 a 60 dias	–	16.991	0,00%	3,08%	–	15.389	0,00%	3,11%
De 61 a 90 dias	–	17.501	0,00%	3,17%	–	16.521	0,00%	3,34%
De 91 a 180 dias	–	71.349	0,00%	12,93%	–	54.711	0,00%	11,05%
De 181 a 365 dias	–	108.870	0,00%	19,74%	–	102.952	0,00%	20,79%
Total	**591.540**	**551.605**	**100,00%**	**100,00%**	**525.520**	**495.100**	**100,00%**	**100,00%**

A liquidez da carteira de investimentos proporciona, com excelente margem de segurança, o pagamento integral da provisão matemática, dentro de prazos e condições estabelecidas nos títulos e seguindo a legislação em vigor.

A Empresa mantém seu conservadorismo na exposição ao risco de crédito, mantendo a carteira exclusivamente em títulos públicos federais.

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA uma vez que as melhores práticas das agências classificadoras de risco consideram risco soberano como grau de investimento em moeda local.

	2015		2014	
Ativo financeiro	**Valor**	***Rating***	**Valor**	***Rating***
Renda fixa público	586.420	AAA	525.520	AAA
Renda fixa privados	5.120	AAA	–	
Total	**591.540**		**525.520**	

A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Empresa classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

	Sem vencimento definido	Vencidos Até 1 ano	Vencidos Acima de 1 ano	A vencer Até 1 ano	A vencer Acima de 1 ano	Total 2015	Total 2014
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	98	–	–	–	–	98	252
Aplicações	53.790	–	–	237.104	300.646	591.540	525.520
Créditos das operações de capitalização	3.794	8	–	33.633	–	37.435	40.699
Títulos e créditos a receber	–	–	–	9.987	–	9.987	6.653
Créditos tributários e previdenciários	21.526	–	–	9.896	56.665	88.087	100.308
Depósitos judiciais e fiscais	31.173	–	–	–	–	31.173	24.723
Outros créditos	–	–	29	309	–	338	369
Outros créditos operacionais	400	–	2	–	–	402	402
Despesas antecipadas	–	–	–	4.296	–	4.296	2.703
Outros valores e bens	–	–	–	–	82.146	82.146	96.424
Total dos ativos financeiros	**110.781**	**8**	**31**	**295.225**	**439.457**	**845.502**	**798.053**
Passivos financeiros							
Contas a pagar							
Obrigações a pagar	–	173	–	12.337	–	12.510	29.744
Impostos e encargos sociais a recolher	–	–	–	3.164	–	3.164	1.642
Encargos trabalhistas	–	–	–	2.241	–	2.241	1.798
Impostos e contribuições	–	–	–	196	–	196	1.508
Outras contas a pagar	–	–	6	242	–	248	530
Tributos diferidos	19	–	–	–	–	19	1.568
Débitos com operações de capitalização	–	–	–	5.455	–	5.455	5.428
Depósitos de terceiros	3	–	–	–	–	3	3
Provisões técnicas	21.692	111.627	205.693	212.593	–	551.605	495.100
Provisões judiciais	32.387	–	–	–	–	32.387	27.794
Débitos diversos	5.143	–	–	173	–	5.316	4.425
Total dos passivos financeiros	**59.244**	**111.800**	**205.699**	**236.401**	**–**	**613.144**	**569.540**

k. Risco legal

O monitoramento do risco legal é de responsabilidade do departamento jurídico em conjunto com assessores externos, o risco legal decorre do potencial questionamento jurídico da execução dos contratos, processos judiciais ou sentenças contrárias ou adversas àquelas esperadas pela Empresa e que possam causar perdas ou perturbações significativas que afetem negativamente os processos operacionais e/ou a organização da empresa.

l. Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital

Nos termos da Resolução CNSP nº 321/15, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). O CMR é equivalente ao maior valor entre o capital-base e o capital de risco. A Empresa apurou o montante de R$ 1.187 de capital de risco de mercado, sendo que a alocação deste montante será realizado 50% entre 31 de dezembro de 2016 a 30 de dezembro de 2017 e 100% a partir de 31 de dezembro de 2017, conforme descrito na Nota explicativa nº 24-i. Enquanto não exigido o capital adicional pertinente a risco de mercado a Empresa está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional.

		2015		2014
Patrimônio líquido		**312.376**		**307.479**
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais		(3.180)		(3.034)
Despesas antecipadas		(4.296)		(2.703)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de IR e bases negativas de CSLL		(63.820)		(67.657)
Ativos intangíveis		(634)		(64)
Obras de arte		(7)		(7)
Créditos oriundos da alienação de ativos		(82.146)		(96.424)
Patrimônio líquido ajustado		**158.293**		**137.590**
I - Capital-base		**10.800**		**10.800**
II - Capital de risco		**14.440**		**16.360**
Capital de risco de crédito		9.369		12.051
Capital de risco de subscrição		3.633		3.236
Capital de risco operacional		2.820		2.407
Efeito em função da correlação entre os riscos de crédito e subscrição		(1.382)		(1.334)
Capital mínimo requerido - CMR (Maior entre I e II)		**14.440**		**16.360**
Suficiência de capital		143.853		121.230
Índice de liquidez em relação ao CR				
Índice de liquidez requerido	20%	2.888	20%	3.272
Índice de liquidez apurado - Excesso de cobertura (Nota 5)	242%	35.016	87%	14.160

25. Normas emitidas e ainda não adotadas

IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Empresa está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

DIRETORIA

José Maria Corsi
Guilherme Stoliar

Henrique Abravanel
Lourivaldo Tadeu de Souza Lima

ATUÁRIO

Heitor Coelho Borges Rigueira
Atuário - Registro MTb nº 380 - MIBA

CONTADOR

Agnaldo de Leonardo
CRC SP-136994/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e aos Administradores da
Liderança Capitalização S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Liderança Capitalização S.A. ("Sociedade") em 31 de dezembro de 2015, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo e da solvência elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas e da solvência estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência a nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Sociedade e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Sociedade para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Liderança Capitalização S.A.

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio do FIP, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo e da solvência acima referidos da Liderança Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2015 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2016

KPMG

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. — **Joel Garcia**
CIBA 48 — Atuário - MIBA 1131

Anexo I - Liderança Capitalização S.A. (Em milhares de reais)

1. Provisões técnicas	**31/12/2015**
Total das provisões técnicas auditadas	**551.605**
2. Demonstrativo do capital mínimo	**31/12/2015**
Capital base (a)	10.800
Capital de risco CR (b)	14.440
Exigência de capital (CMR) (máximo de a e b)	**14.440**
3. Demonstrativo da solvência	**31/12/2015**
Patrimônio líquido ajustado - PLA (1)	158.293
Exigência de capital (CMR) (2)	14.440
Suficiência do PLA (1 - 2)	**143.853**
Ativos garantidores (3)	586.621
Total a ser coberto (4)	551.605
Suficiênciados ativos garantidores (3 - 4)	**35.016**
Ativos líquidos (5)	35.016
Capital de risco (CR) (6)	14.440
Índice de liquidez em relação ao CR % (*) (5 / 6)	**242%**

(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 é de, no mínimo, 20%.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e aos Acionistas da
Liderança Capitalização S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Liderança Capitalização S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Liderança Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Ênfase

Valores a receber de Controlador

Chamamos a atenção para a informação contida na Nota Explicativa nº 22-e, referente ao valor a receber do controlador da Empresa, originado da alienação da participação no Banco Panamericano S.A. A liquidação financeira do referido valor, prevista contratualmente para ocorrer em 31 de agosto de 2020, está condicionada à geração de caixa futuro por parte do controlador. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2016

KPMG

KPMG Auditores Independentes — **José Claudio Costa**
CRC 2SP014428/O-6 — Contador CRC 1SP167720/O-1